

A contribuição de Leopold von Ranke para as Relações Internacionais na Questão Oriental

Viviane Venancio
Moreira¹



Leopold von
Ranke's
contribution to
the International
Relations in the
Eastern
Question

¹ Doutora em História Social pela
Universidade de São Paulo. E-mail:
contato.vivianevenancio@gmail.com.

Resumo

O presente artigo rastreia a relação de Leopold von Ranke com o contexto diplomático de seu tempo através dos conceitos de balança de poder e de grandes poderes, relacionando-os com sua expressão na Questão Oriental. O objetivo é compreender como os textos de Ranke estabelecem um diálogo com seu tempo no que diz respeito à concepção de Europa e de comunidade internacional. Essa forma de compreender as relações internacionais relaciona-se diretamente com o novo arranjo geopolítico depois da Revolução Francesa e da crescente ameaça de dissolução colocada pelo Império Otomano no século XIX, sendo ambos os tópicos presentes na obra de Ranke.

Palavras-chave: Leopold von Ranke; Questão Oriental; Império Otomano; Concerto da Europa; Grandes Poderes.

Abstract

This article traces Leopold von Ranke's relationship with the diplomatic context of his time through the concepts of balance of power and great powers, relating them to their expression in the Eastern Question. The objective is to understand how Ranke's texts establish a dialogue with his time regarding the conception of Europe and the international community. This way of understanding international relations is directly related to the new geopolitical arrangement after the French Revolution and the growing threat of dissolution posed by the Ottoman Empire in the 19th century, both topics being present in Ranke's work.

Keywords: Leopold von Ranke; Eastern Question; Ottoman Empire; Concert of Europe; Great Powers.

Introdução

O problema da fragmentação em “câmera lenta” do Império Otomano passou pela pena de praticamente todo teórico, filósofo e líder que se ocupava de política europeia durante os primeiros séculos de agravamento da situação otomana, sendo que o tópico ajudou a moldar a diplomacia europeia do século XIX ao reunir e catalisar a agência dos chamados Grandes Poderes.

A chamada Questão Oriental representou um momento fundamental na história das relações internacionais, pois nela a ameaça iminente de dissolução causava considerável instabilidade diplomática no que tange as futuras configurações político-geográficas da Europa e de seus arredores. Desta forma, pode-se definir a Questão Oriental como o esforço realizado pelos Grandes Poderes europeus para lidar com as consequências da esperada fragmentação, representando desta forma uma preocupação duradoura das chancelarias europeias. Ela é, portanto, um termo diplomático que descreve a crise nos Estados cristãos dentro do Império Otomano, que desde o século XVIII parecia a um passo do colapso total. Com esse vazão em potencial, crescia o medo da ocupação russa do Oriente Médio e no Mediterrâneo (ALMOND, 2010, p. 13), além de outras disputas geopolíticas que poderiam causar grande impacto no cenário internacional. Ao mesmo tempo, a Questão Oriental descreve também a tentativa de retomada do controle de seus territórios por parte do Sultão em um esforço de manutenção da integridade territorial e da autonomia política e financeira do Império Otomano. A ação foi feita em parte através de alianças e do *Tanzimat*, que foram reformas que buscavam ocidentalizar as instituições otomanas.

O acirramento deste problema se deu no que é descrito como a segunda fase do período clássico da Questão Oriental, momento que basicamente designa todo o século XIX. Ele é caracterizado pela entrada da França no Império Otomano, notadamente o Egito. Assim, designa a influência das ideias revolucionárias francesas que impactaram não só a constituição da própria Europa como também a otomana e dos estados balcânicos que iniciaram processos de independência do poder otomano a qual eram submetidos. É justamente sobre esta localidade que Ranke se debruça com mais enfoque em seus textos sobre a Questão Oriental.

Ao olhar-se para o mapa do começo do século XIX, a região balcânica está totalmente sob domínio otomano, o que garantia a presença do Sultão às portas da Europa através da tensa fronteira com o Império Habsburgo. Já no final do século XIX

vê-se a região balcânica constituída em várias nações independentes e a consequente perda considerável de territórios do Império Otomano. O que aconteceu em apenas um século para transformar tão radicalmente a configuração geopolítica da Europa oriental? É justamente a nova configuração dos poderes nacionais e das ideias relacionadas ao nacionalismo que explicam essa transformação. É na dinâmica delicada entre esses chamados Grandes Poderes, marcada por interesses imperiais, zonas de influências, exercícios diplomáticos, acordos, tratados e guerras que tal mudança pode ser mais bem compreendida.

O historiador alemão Leopold von Ranke, por sua vez, sabia muito bem que a “política externa não opera em um vácuo” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 8), na realidade é claramente notável como sua historiografia é praticamente toda orientada pela busca das relações entre Estados. Desta forma, percebe-se que dois conceitos sustentam a interpretação de Ranke sobre a Questão Oriental no que diz respeito às relações internacionais: o de “Grandes Poderes” e o de equilíbrio de poderes.

O primeiro é definido como um Estado soberano com a capacidade reconhecida de exercer sua influência em escala global e que tem como características a dimensão do território, força militar e econômica (*hard power*) assim como influência diplomática e cultural (*soft power*). Tais elementos fazem com que os Poderes menores levem a posição do referido Grande Poder em consideração quando da tomada de decisões (NEUMANN, 2008). Isto é especialmente visível no caso dos Bálcãs, cujas independências estão intimamente ligadas às influências de nações como França, Áustria, Inglaterra, Rússia e Prússia.

O segundo conceito é o de balança ou equilíbrio de poderes, sobre o qual Kaplan estabeleceu seis regras necessárias de funcionamento: 1) cada agente deve se comportar de forma a incrementar suas capacidades, mas deve preferir negociação ao combate; 2) os agentes devem lutar ao invés de perder a oportunidade de aumentar suas referidas capacidades; 3) em caso de possibilidade de eliminação de um dos agentes nacionais principais, os outros devem cessar a luta; 4) cada agente deve prevenir que coalisões ou um agente individual assumam liderança em relação aos demais do sistema; 5) todos devem agir para evitar que os agentes concordem com um princípio de organização supranacional; 6) todos devem aceitar que agentes nacionais vencidos ou restritos voltem a participar do sistema ou devem elevar para ele um agente anteriormente não essencial ao status de essencial (KAPLAN, 1957, p. 23).

Em Ranke, além desses elementos basilares, a balança de poder é alicerçada na necessidade irrevogável de liberdade e autonomia dos povos, o que torna a posição de Ranke em grande medida contra a tirania, supremacia e hegemonia. Sobre isso, Ranke afirma que:

Contra este crescimento da dominação política, os poderes menores puderam se unir. Eles formaram alianças e associações. Portanto, formaram o conceito da balança de poder, onde a união de vários outros Estados deve servir para usarem sua própria expressão, para resistirem às expressões de uma corte exorbitante. (RANKE, 1833, p. 11)

Conceitualmente, a balança de poder recebeu algumas definições que foram reunidas por Michael Sheehan e cuja leitura demonstra um mesmo princípio unificador: a garantia de que nenhum Estado europeu se tornasse tão poderoso que pudesse dominar e se impor aos demais (2005, p. 2–4). Esta definição revela como a concepção rankeana dialoga com a tradição realista (ou *power politics*) e que define suas principais características em quatro elementos básicos: 1) As nações-Estado são os atores principais em um sistema internacional de estados independentes; 2) A política doméstica e internacional são áreas claramente separadas da política nacional; 3) A política internacional é a luta pelo poder em um ambiente internacional anárquico; 4) Os Estados têm capacidades diferentes de atingir objetivos e defender interesses (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 1990, p. 81).

Raymond Aron explica que a balança de poder compõe um dos “dois regimes que vieram a ser a partir da repentina ou gradual decomposição das monarquias tradicionais” nos séculos XVIII e XIX, sendo o outro regime os governos democráticos que encontra seu maior exemplo nos Estados Unidos (2003:1). Assim, historicamente as grandes potências iniciam uma orientação de manutenção do equilíbrio de poder, ou seja, no desejo de regulação e paz após os rearranjos ocasionados pelo período revolucionário (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 5). É importante salientar, entretanto, que este estado de coisas não foi apenas uma adequação ao período revolucionário, mas a uma significativa série de desafios que incluem grandes transformações em termos de população, tecnologia, economia, estruturas sociais, constituições e capacidades militares. Desta forma, o processo atesta a “impressionante habilidade de administrar mudança em escalar locais e mundiais” (BLACK, 2010, p. 169).

O Concerto da Europa² – que engloba a balança de poder e os grandes poderes – é a realização desta sociedade internacional europeia que tem valores compartilhados, especialmente um entendimento mútuo sobre a organização na forma de tratar as disputas nacionais e imperiais. Desta forma, o que a caracteriza é princípio da sociedade de Estados soberanos e independentes.

Após um contexto de mudanças extremas no século XVIII, o século XIX é o palco do confronto entre ideias revolucionárias e conservadoras, entre nacionalismos e impérios de pretensões universais, entre pragmatismo e idealismo. Desta forma, o período representa a reação e o embate entre forças de diversas ordens, algo que acarretará na mudança profunda da existência política e cultural europeia. Ranke, um dos intelectuais de grande expressão no momento, captura essas questões em suas obras com uma abordagem que influenciaria sua geração não só de um ponto de vista historiográfico como político.

Império Otomano como catalizador do Concerto da Europa

Quando das negociações entre os Grandes Poderes e o Império Otomano em relação à Questão Oriental, Monsieur Desgrandes, o dragomano francês³, profere uma frase representativa da postura europeia em relação às atitudes diplomáticas frente ao sultão: “Não há nada que proíba europeus de aparecerem na presença de muçulmanos”⁴. De fato, a partir da década de 1820 não houve nada que desencorajasse os europeus a estarem cada vez mais *tête-à-tête* com o sultão otomano e progressivamente exigirem garantias e mudanças.

Desta forma, a Questão Oriental pode ser considerada o melhor exemplo do Concerto da Europa em ação, sendo foco de atenção intensa durante todo o século XIX já que “mais do que qualquer outro assunto, a Questão Oriental era a preocupação constante das chancelarias da Europa e forneceu um desafio perpétuo à preservação

² O Sistema de Estados Europeus, também chamado de Concerto da Europa, nasce oficialmente no século XVIII, mais especificamente em uma carta do conde Kaunitz, datada de julho de 1791, na qual ele falava em nome do Imperador da Áustria sobre a necessidade de os Poderes preservarem “a paz pública, a tranquilidade dos Estados, a inviolabilidade das posses e a fé dos tratados”. Assim, lê-se na conferência de 1818 entre os Grandes Poderes que estes se engajariam “para promover a manutenção e consolidação de um Sistema que tem dado Paz a Europa e que somente ele pode garantir sua duração.” (BURY, 1960, p. 3)

³ Os dragomanos eram interpretes e tradutores que faziam a mediação entre consulados, embaixadas e entrepostos comerciais europeus e as instituições de língua turca, árabe e persa.

⁴ Declaração que consta no documento “Relatório conjunto dos dragomanos da França, Grã-Bretanha e Rússia, datado de 2 de novembro de 1827.” (Papers Relative to the Affaires of Greece, 1830, p. 184)

do concerto da Europa” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 102). Com isso, a “existência do Império Otomano foi um fator essencial para o desenvolvimento da integração política dos Grandes Poderes” (SCHULIN, 1958, p. 246).

Marriott descreve o impacto da Questão Oriental como um estado de apreensão sobre o destino da herança que seria deixada pelo “doente”⁵ Império Otomano (MARRIOTT, 1917, p. 5). O problema, que fora herdado do século passado e ocupava os gabinetes diplomáticos do século XIX, era um consenso, sendo “a maior diferença na opinião do diagnóstico do “Homem Doente da Europa” se ele estava simplesmente crítico ou terminal” (DALY, 1991, p. xii).

Já primeiras décadas do século XIX, a problemática cumpriu um papel fortalecedor da diplomacia ao colocar um problema em comum entre os Estados e permaneceu pertinente neste quesito até as décadas finais orientadas pela política bismarckiana. Na introdução da edição de 1879 da *História da Revolução Sérvia*, Ranke explicita seu interesse pelo assunto e sua conexão com os Poderes europeus deixando claro como enxerga a conexão entre realidades internas e externa de cada nação, apontando igualmente para a internacionalização da questão, já que a questão, que até então poderia parecer otomana, tornou-se geral. Era assim que essa luta seria vista na Europa” (RANKE, 1879, p. IV).

Uma das consequências do enfraquecimento otomano foi o aparecimento de movimentos pela independência dentro de seu território. Foi, então, com a emergência do movimento de independência da Grécia que houve a ativação efetiva do Concerto da Europa, apontando para a Questão Oriental como seu principal e mais frutífero empreendimento diplomático⁶. Depois de algumas tentativas por parte dos Grande Poderes de acomodar a permanência de certa autoridade do Sultão sobre os gregos, ficaram decididos elementos fundamentais da constituição estatal nascente grega⁷, marcando a vitória do modelo político europeu nos Bálcãs.

⁵ Aqui se aponta a célebre expressão “o homem doente”, cunhada pelo imperador russo Nicolau I para referindo-se ao enfraquecimento do Império Otomano. (SCHUMACHER, 2014, p. 69)

⁶ A Grécia foi o primeiro território balcânico a conquistar sua independência do Império Otomano, em 1822, e sua soberania foi impulsionada, assim como os demais movimentos de independência dentro do Império Otomano, pelas repercussões da Revolução Francesa e do governo de Napoleão. A Grécia havia sido incorporada ao Império Otomano em meados do século XV, após a vitória dos otomanos sobre os sérvios.

⁷ Fica decidido que Grécia seria um estado independente – desfrutando de todos os direitos políticos, administrativos e comerciais – e teria liberdade de fé com plena igualdade de direitos para os católicos. Seu governo seria de uma monarquia hereditária de acordo com o princípio da primogenitura e que seria oferecida a um príncipe cristão que não fosse membro de qualquer casa monárquica dos signatários do Tratado de Londres. No final das negociações, existiram mudanças radicais que

De um ponto de vista diplomático, foi na Questão Oriental que finalmente estabeleceu-se a ideia de que “as relações entre Estados europeus vieram a ser o que importava no mundo” e que “o sistema que é chamado Concerto da Europa teve, portanto, uma significância em todo o mundo e que o coração do sistema, a tentativa de obter alguma regulação ordenada da competição de interesses, tornou-se de importância mundial” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 10; 21). E, neste sentido, ao observar a ação coletiva na Questão Oriental, nota-se que a sociedade internacional europeia “não desenvolveu primeiramente suas regras e instituições e depois as exportou para o resto do mundo”, mas que sua evolução interna e expansão global foi um “processo simultâneo em que um influenciou e afetou ao outro” (BULL; WATSON, 1984, p. 6-7).

O processo desta internacionalização é, portanto, fruto de uma longa construção que leva cinco séculos até alcançar sua forma oitocentista, sendo que o Congresso de Viena possibilitou uma estrutura prévia e um *modus operandi* diplomático que viria ser testado, refinado e efetivado na Questão Oriental.

Concerto da Europa e a historiografia alemã

É notável como Ranke se insere nesse processo como um historiador disposto a evidenciar essas identidades nacionais não em um sentido estático, mas sim com a habilidade de retratá-las em suas interações enquanto um conjunto historicamente ativo. Neste aspecto, percebe-se a centralidade da história em Ranke como um aspecto de seu conservadorismo. Como expressa Mannheim, “os conservadores substituíram a Razão por conceitos tais como História, Vida e Nação” (1986, p. 129), algo que é refletido no historicismo, uma vez que seu “o método histórico salientava a complexidade e interdependência das instituições, crenças e hábitos. Isto foi, mas frequentemente que o contrário, ligado à metáfora orgânica que as sociedades não são feitas, mas que crescem.” (JONES, 2015, p. 12).

Essa é, de fato, uma característica estrutural visão de mundo conservadora, já que “a essência do conservadorismo é a racionalização das instituições existentes em termos de história, Deus, natureza e homem.” (HUNTINGTON, 1957, p. 453). Algo importante de se ressaltar é que conservadorismo e historicismo mostram uma

resultaram na eliminação da relação de suserania com o Império Otomano, o que inclui a determinação das novas fronteiras gregas pelos Grandes Poderes.

relação muito específica com o tempo histórico. Apesar de em primeiro momento o historicismo parecer ter um olhar obsessivo e meticuloso para o passado, seu verdadeiro foco está no presente. Não há o interesse na glorificação do passado, ainda que isto possa acontecer em certos momentos, mas sim a busca pelo nascimento das instituições e das formas de vida que moldam o mundo do agora, assim como no conservadorismo.

Na abordagem rankeana do Império Otomano em relação a esse tópico, duas abordagens distintas convivem: a primeira, orientada no sentido do historicismo, afirma a necessidade de compreender a dinâmica própria da história otomana, o que é visto em declarações como “a vida do Império Otomano por um século reside inteiramente em seus movimentos internos” (RANKE, 1879, p. 285)⁸. Isso indica que compreender a realidade otomana é conhecer sua história a partir de dentro. Em um segundo aspecto, no entanto, uma das fragilidades que Ranke vê no Império Otomano é justamente a recusa à modernização, especialmente no âmbito político-institucional, pois segundo o próprio Ranke, “o sultanato compartilhou os perigos representados pela monarquia na mesma época na maioria dos estados da Europa. Mas o *Seraî*⁹ tinha certa resistência em sua organização oriental bárbara” (RANKE, 1857, p. 108).

Ranke tinha sua visão historiográfica interessada e alinhada com o movimento histórico de integração e internacionalização dos Estados europeus. Seu interesse estava no grande movimento histórico que gerou em sua obra a apresentação da consolidação dos Estados europeus e da formação de seu sistema. A esta apresentação “Ranke acrescenta a influência dos otomanos e, como reação a isso, a história das descobertas e colonizações, mostrando assim a expansão do sistema de Estados europeu para o mundial” (BERG, 1968, p. 117).

Em uma perspectiva diplomática, os princípios do equilíbrio de poder e da autonomia dos Estados nacionais já era um axioma político na Alemanha do século XIX. Os escritos de Friedrich II afirmavam sua subscrição a estes princípios, assim como na obra de Friedrich von Gentz¹⁰. O próprio Gentz expressa o problema que enxergava na conduta administrativa do Império Otomano, cujos princípios despóticos

⁸ Ou, como Ranke postulou de forma célebre e mais geral, “cada época se relaciona imediatamente com Deus, e seu valor não depende de forma alguma do que vem dela, mas de sua existência como tal, em si mesma.” (RANKE, 1942, p. 59)

⁹ Nos contextos turco e da Ásia muçulmana, significa palácio ou corte.

¹⁰ A amizade pessoal de Gentz foi decisiva na carreira de Ranke, inclusive por colocá-lo em contato com o mundo eslavo-balcânico em Viena nas figuras de Vuk Karadžić e Jernej Kopitar.

desagradavam também Ranke, argumentando que o Império Otomano operaria em uma “uniformidade universal obtida por um gabinete onipotente” guiada por constituições que “nem mesmo tentam pela mínima regulação impor limites a esse monstruoso despotismo” (GENTZ, 1806, p. 125).

Não é ponto pacífico se o Concerto e suas ideias haviam se transformado em fumaça no final do século XIX, uma vez que até Bismarck – que preferia um nível menos internacional na administração das questões diplomáticas – via a representação diplomática do Sistema de Estados como uma ferramenta útil (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 21). De qualquer forma, levando em consideração os elementos até aqui apresentados, é possível enxergar Ranke como inserido e contribuinte desta tradição diplomática, a qual ganhou em sua obra uma expressão conservadora, historicista e romântica que estavam em voga na cultura alemã da época.

Ranke sabia muito bem que a “política externa não opera em um vácuo” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 8)¹¹, na realidade é claramente perceptível como sua historiografia é praticamente toda orientada pela busca pelas relações entre Estados. Tendo isso em mente, destacam-se os seguintes textos como fundamentais para esboçar a visão de Ranke sobre a Questão Oriental no que se refere ao seu aspecto diplomático e geopolítico.

Primeiramente têm-se o livro *Fürsten und Völker von Süd-Europa* [*Principados e Povos da Europa Austral*] (1827), no qual Ranke aproveita o material diplomático que havia consultado em Veneza, as *relazioni*, para explorar a história do sul da Europa, notadamente a relação entre a Espanha e o Império Otomano nos séculos XVI e XVII. Pode-se perceber algumas interpretações sobre a natureza do poder otomano que se estenderiam até o presente, quando Ranke trata da Questão Oriental no século XIX.

Em segundo lugar, o livro *Die serbische Revolution* [*A Revolução Sérvia*] (1829), que é depois republicado, com alterações, como *Serbien und die Türkei im 19. Jahrhundert* [*Sérvia e a Turquia no Século XIX*] (1844). Esta obra marca, ainda no começo de sua carreira, a entrada formal de Ranke na Questão Oriental. São incluídas não só informações históricas como também culturais sobre os sérvios, havendo um claro posicionamento a favor da independência desse povo contra o domínio otomano.

¹¹ Albrecht-Carrié completa: “O exercício no uso do poder, que é o que a política externa é, é sempre circunscrito e condicionado pela multitude de componentes do qual esse poder é o resultado último.”

Depois têm-se o artigo *Die letzten Unruhen in Bosnien. 1820—1832* [As Últimas Agitações na Bósnia entre 1820—1832] (1834). Publicado na revista editada por Ranke, a *Politisch-historische Zeitschrift* [Revista Político-Histórica], o artigo se ocupa do processo de independência de outro povo balcânico, os bósnios. Ranke procura argumentar em uma perspectiva mais política e diplomática, defendendo a necessidade de proteção por parte das Grandes Potências das populações cristãs que residiam no Império Otomano.

Por fim, há o relatório publicado em formato de artigo na *Historische Zeitschrift* [Revista Histórica] intitulado *Zur orientalischen Frage. Gutachten im Juli 1854 Sr. Majestät König Friedrich Wilhelm IV vorgetragen* [Sobre a Questão Oriental. Opinião de especialista apresentada em julho de 1854 à Majestade o Rei Friedrich Wilhelm IV] (1865). Este texto tem o posicionamento político e diplomático mais claro de Ranke, no qual o historiador coloca-se como um historiador com a função de aconselhamento do rei Frederico Guilherme IV da Prússia. Ranke também se coloca em oposição ao modelo prussiano de procurar neutralidade em assuntos que não sejam domésticos¹². Com isso, Ranke continua defendendo a responsabilidade moral e a centralidade estratégica de defender as populações cristãs nos Bálcãs, expondo as desigualdades jurídicas presentes no interior Império Otomano.

Todos esses textos de Ranke compartilham, com exceção do primeiro, o fato de falarem sobre a história do tempo presente, tendo um caráter bastante específico que é a mistura da História, um certo jornalismo de análise política e a conceitualização das relações internacionais. Ranke tentava dar sua contribuição para um assunto que se desenrolava ali, enquanto redigia.

Neles, Ranke escrevia não só para o público geral interessado em manter-se atualizado sobre a pauta política do dia, mas também atuava como conselheiro e interlocutor da diplomacia alemã. Nesta função de aconselhamento, a atuação de Ranke mostra outro elemento do Concerto da Europa que foi a ação conjunta entre governantes e intelectuais, principalmente os de matriz conservadora que confluíam com a visão do governo.

A função social do intelectual alemão pode ser descrita como uma “aristocracia intelectual” que formava um segmento homogêneo e privilegiado (PAULSEN, 2010, p. 149–150), aquilo que Ringer denomina de “mandarins alemães”.

¹² A virada acontece em 1866, quando a Prússia começa a perseguir uma política germano-europeia e, em seguida, uma política mundial (BARKER, 1919, p. 30).

Neste contexto, apesar do poder dos governantes que representaram os Grandes Poderes, “eles tiveram que depender de um corpo de conselheiros e administradores” que significam “o ponto de convergência, pois havia muito em comum na visão da classe governante patricia em todos os lugares” que se expressa em “sua crença compartilhada na legitimidade e adequação da classe dirigente.” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 6).

A colaboração entre poder político e a casta intelectual representava certos interditos, pois como comenta Marchand “devemos notar que os acadêmicos frequentemente tem sido cautelosos em comentar assuntos contemporâneos de política e religião; elevar-se acima das polêmicas e eventos correntes é sempre mais seguro para a reputação do que tomar partidos, ao menos a longo termo” (MARCHAND, 2009, p. 87). Neste aspecto, entretanto, é necessário também apontar a coragem de Ranke, principalmente nos pontos em que mostra discordância com a política em voga.

Ranke, o diálogo internacional e o Império Otomano

O posicionamento crítico de Ranke em relação ao Império Otomano e à França pós-revolucionária lastreia-se grandemente na compreensão de que esses Poderes – ainda que um em ascensão e o outro em decadência – representavam uma ameaça de dominação por seus anseios de expansão universal.

Ranke expressa inúmeras vezes em seus textos o gosto pelo diálogo e seu repúdio ao monólogo, compreendendo que a amizade entre indivíduos e nações só é possível quando todos os envolvidos encontram um espaço para a livre-expressão de seu caráter, de seus anseios e de suas histórias (Ranke 1833:50; Ranke 1924). A ideia de respeito pelas diferenças é entendida por Ranke como sendo da maior importância, algo que pode ser percebido em sua frase cautelar: “Se você quer destruir as diferenças, tome cuidado para não matar vidas” (RANKE, 1832, p. 362).

Esse ponto de vista ganha forma em alguns de seus escritos, como no artigo *Die großen Mächte* [Os Grandes Poderes], Ranke vê um Grande Poder como aquela nação que “consegue se manter contra todas as outras, mesmo quando elas são aliadas” (RANKE, 1833, p. 30), colocando-se assim em consonância com a percepção do ambiente político e diplomático oitocentista que origina o Sistema de Estados. Se a relativa igualdade dos Grandes Poderes nacionais impediria que uma potência

ganhasse supremacia sobre as demais, Ranke compreende igualmente que uma nação se torna uma grande potência na medida em que é capaz de manter sua autonomia e autodeterminação frente aos outros povos, utilizando-se para isso tanto da diplomacia como, em casos extremos, da guerra.

Entretanto, o tão sonhado Concerto Europeu convivía com um elemento desconcertante. Ranke percebe em sua leitura dos documentos venezianos que desde o século XV “uma política diplomática neutra era perseguida de forma quase uniforme, com exceção das alianças formadas durante as lutas contra a Turquia” (BENZONI, 1990, p. 54), o que indica que o Império Otomano tinha um significado histórico desestabilizador que atuava não só na Idade Moderna, mas que continuava atuante no século XIX, como era provado na Questão Oriental.

A desestabilização trazida pelo Império Otomano agora havia sido concentrada nos Bálcãs, região com as quais a Prússia tinha ligações históricas. Parte dos líderes alemães manteve planos de expansão para a Ásia ocidental com a política do *Drang nach Osten* [impulso para o oeste], termo cunhado no século XIX para indicar as intenções alemãs em direção ao território eslavo¹³. O “*Drang nach Osten*” é um elemento importante para a compreender uma das facetas da relação entre Alemanha e Bálcãs, ajudando a iluminar também o interesse de Ranke pela região.

A expressão se refere a ideia da expansão alemã rumo ao território eslavo com base no princípio histórico do *Ostsiedlung*, um movimento migratório natural causado pelo enorme aumento populacional durante a Alta Idade Média e que havia estimulado um grande número de camponeses, artesãos e nobres sem direito à herança a saírem de seus territórios originários no Sacro Império (como Rinelândia, Flandres e Saxônia) em direção ao leste pouco populoso. O movimento foi apoiado pelos nobres eslavos e pela Igreja¹⁴. O resultado foi a presença histórica de alemães étnicos nas terras eslavas, havendo influência germânica em elementos legais, culturais, linguísticos, religiosos e econômicos que ajudaram a moldar as formas de vida entre o Mar Báltico e os Cárpatos. Posteriormente, no século XVIII, a repartição da Polônia entre Prússia, Áustria e Rússia resultou na germanização de grande parte

¹³ Fazendo parte de certa cultura política alemã, ganhou inclusive sobrevida e apoio no movimento nacionalista alemão no final do século, sendo revivido no Terceiro Reich sob a forma de *Lebensraum* [espaço vital] para justificar a anexação da Polônia.

¹⁴ O impacto da referida ideia foi o programa seminal de germanização da Polónia que tomava feições belicosas com o Segundo Reich.

da Polônia ocidental, pertencente então ao reino prussiano¹⁵. (DAWSON, 2017, p. 84; HALECKI, 1980, p. 15).

Apesar desses laços históricos e do interesse dentro da Prússia em direção ao leste, a chancelaria alemã do século XIX não se mostrava disposta à intervenção direta nos Bálcãs. A explicação para essa postura está na interpretação do Concerto da Europa e do equilíbrio de poder por parte de Bismarck e dos intelectuais influentes naquele momento. Como diplomata da escola clássica, Bismarck compartilhava do foco no fortalecimento interno da confederação e temia um crescimento excessivo do poder do *Reich*. Deste modo, pensava que seria propício limitar ambições e abrir mão da ascensão à posição hegemônica na Europa, sendo que a Alemanha deveria estar “a serviço da justiça e da ordem europeia”, pois evitaria “uma coalização de rivais a quem as vitórias prussianas não deveriam humilhar nem perturbar” (ARON, 2003, p. 70)¹⁶.

Ranke parece estar em consonância com esses princípios, pois eles refletem a compreensão de Ranke que estava alicerçada na história europeia, pois “parecia característico para ele que a Europa dominou o mundo não como um império unificado (como Roma ou China), mas como um sistema de estados múltiplo e mutualmente condicionante, cada um marcado pelo nascimento da identidade nacional.” (SCHULIN, 1988, p. 12). Neste aspecto, mais uma vez aparece sua aversão aos impérios universais que podem tomar tanto a forma da França napoleônica quanto do Império Otomano, explicando porque Ranke “empregou a história para defender as histórias particulares contra as ambições universalistas” do “Iluminismo que parece ter encontrado expressão nas guerras revolucionárias francesas e na conquista napoleônica da Europa” (BERGER, 2015a, p. 22).

Ranke se mostrava em consonância com a visão política de seu tempo, o que o torna um sintetizador – e em certa medida propagandista – do plano de Albrecht von Roon e Bismarck. O próprio Ranke havia enfatizado a história política e institucional ao concentrar suas investigações na história prussiana. Entretanto, ao mesmo tempo ele mostrava um interesse expressivo na política internacional. A teoria da política

¹⁵ Um exemplo da proximidade político-cultural entre Prússia e os Bálcãs é o fato de a primeira constituição da Bulgária autônoma (1879), assim como da Sérvia (1889), serem baseadas no modelo constitucional prussiano. (KECHRITIS, 2007, p. 112).

¹⁶ Dessa forma, segundo Raymond Aron, a Alemanha de Bismarck “não merece ser chamada de hegemônica, uma vez que sua hegemonia era limitada ao continente e posteriormente não constituiu um sistema fechado”, da mesma forma que a exclui desse status o tamanho da influência britânica e a colocam mais adequadamente como um Estado “preponderante”. (ARON, 2003, p. 152).

externa nunca foi realmente contestada (RINGER, 1990, p. 302) e alguns dos alunos de Ranke levaram essa ênfase ainda mais longe, até que a chamada "primazia da política externa" se tornou um verdadeiro dogma. Foi apenas por volta de 1880 que uma mudança começou a ocorrer a esse respeito.

Um problema religioso

O foco da preocupação de Ranke no caso da Bósnia recai sobre a questão religiosa. Ranke sugere que deveria haver uma defesa do direito dos cristãos nessa região e acredita que as populações cristãs nos Bálcãs precisavam ser protegidas pelo direito internacional e retiradas de sua posição desvantajosa. Esta posição significava a de dominação e restrição de suas expressões de singularidade histórico-cultural através da diferenciação de *status* encontrado dentro do Império Otomano pela restrição do acesso a uma justiça eficiente e à consequente dificuldade no exercício do direito de autodefesa pela proibição no uso de armas.

A sugestão de Ranke está em consonância com a política internacional dos Grandes Poderes em relação aos Bálcãs, o que é indicado claramente no terceiro protocolo da conferência entre Inglaterra, França e Rússia de 3 de fevereiro de 1830. Nela se lê que “todos os súditos do novo Estado [da Grécia], seja qual for sua religião, devem ser admitidos em cargos públicos, funções e honras, e ser tratados em pé de perfeita igualdade, sem distinção de credo, em todas suas relações religiosas, civis ou políticas.” Fica então decidido no caso grego – e abrindo precedente de demanda para os casos que seguiriam – que a religião cristã (ortodoxa) seria de exercício livre e “que sua propriedade deveria ser garantida, que seus bispos se mantivessem na integridade de suas funções, direitos e privilégios.” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 121).

Neste contexto, a antítese entre cristianismo e islamismo foi um ponto de aglutinação e fomentou a superação de diferenças dentro da própria Europa, uma vez que “nesse processo gradual, as diferenças entre as nações europeias eram muito menos importantes em relação ao Islã” (CRAWLEY, 1975, p. 525).

Para Ranke, a mudança da situação otomana deveria ser feita a partir dos dispositivos legais internacionais, cabendo aos Grandes Poderes garantirem que os tratados fossem negociados e efetivamente colocados em prática. Ranke chega a concluir que “através de sua religião, os governantes otomanos estão excluídos de

qualquer participação real na vida histórica da raça humana”, sendo essa clivagem baseada em sua “separação imutável da população de súditos cristãos” (RANKE, 1827, p. 288-289). A isso, Krieger adiciona que em tal sentença Ranke se referia não só ao passado da Inquisição como ao presente da Questão Oriental, caracterizando assim um traço descritivo duradouro da forma de governo otomano (KRIEGER, 1977, p. 122).

No entanto, há um discurso discordante à crítica de Ranke em relação à intolerância otomana desde o século XVII. Esta visão, ao contrário, exalta a tolerância otomana em relação às minorias religiosas que viviam em seu território, exemplo que deveria ser seguido pela cristandade europeia (ALMOND, 2010, p. 3). Para Ranke, no entanto, a diferença entre a população muçulmana e a cristã nos quesitos social e legal dentro do Império Otomano no século XIX era uma situação vexatória. Em outra passagem expressiva, Ranke relata a agressão dos otomanos ao cônsul inglês, ressaltando que esse é o tratamento recebido não só por essa autoridade estrangeira, mas por toda comunidade cristã dentro do Império Otomano:

Um dia, o cônsul inglês Fonblanque estava sentado no muro baixo, que incluía o pátio, e apreciava a paisagem. De repente, ele ouviu a sentinela turca gritando que não era permitido sentar-se ali, embora ninguém soubesse de nenhuma ordem do comandante que o proibisse. O cônsul hesitou; mas quando finalmente se levantou voluntariamente, foi atacado por um *nisam* da fortaleza, que pensou ter visto uma idiossincrasia punível em seu comportamento e fez um longo desvio para chegar até ele, e ouviu o grito de outros turcos para atacar o descrente. Ele só foi salvo com a ajuda de estudantes sérvios que estavam se divertindo no pátio com um jogo de bola. Tanto quanto sabemos, foram os *Arnauten*, os ferozes inimigos anticristãos, que praticaram este ato de barbárie. Um grande número deles apareceu pouco depois em frente à casa do cônsul e tentou derrubar o poste com a bandeira ou derrubar a própria bandeira. Imediatamente, no entanto, eles também começaram a sentir as consequências disso. (RANKE, 1879, p. 418)

O enfoque no elemento da “cristandade oriental” dos Bálcãs não deve ser menosprezado, pois apesar dos problemas vividos pelas populações cristãs, sua religião serviu como elemento importante na manutenção de uma identidade separada. Além disso, o Sistema de Estados Europeus representa sem dúvida a cristandade: o mundo das nações cristãs era representado pela Santa Aliança – a escolha deste nome em si reflete muito a autoimagem de seus participantes e os

valores cristãos que estes trazem para o cenário político de forma unificada e geralmente coerente.

Comparando o que entende como a inclinação politicamente fértil do cristianismo em contraste com o islamismo, Ranke conclui que o Islã havia sido destrutivo e negativamente igualitário (SCHULIN, 1988, p. 12). Otto Diether indica inclusive o tema reverbera de forma complexa em Ranke, pois “como simpatizante dos gregos, ele [Ranke] sabe como controlar as antipatias contra seus opressores bárbaros. Esses déspotas otomanos também são filhos de Deus para ele e dependem das condições do mundo; mas ele não deixa dúvidas de que detesta tal despotismo”, pois para Ranke, o “significado e objetivo de um movimento constitucional ordeiro deve ser apenas a defesa defensiva e legalmente justificada contra abusos; nisso, ele reconhece um contrapeso corretivo contra os excessos dos mais altos poderes, que podem ser necessários ao interesse geral” (DIETHER, 1911, p. 88).

Uma consequência na política internacional dessa situação era o fato de maior parte dos povos balcânicos pertencer à Igreja Ortodoxa Oriental e ser eslava. Isso tinha impacto nas ambições russas na região, já que no Tratado de Kutchuk Kainardji, em 1774, o Czar havia procurado garantir certos privilégios como protetor dos cristãos orientais no Império Otomano. Logo, a Rússia tinha, nesse contexto, alguns elementos importantes a seu favor para anexar os Bálcãs como ser um poder eslavo que a “conectava aos estados balcânicos por laços de sangue e seu pertencimento comum à fé ortodoxa”, algo que “provia um elo emocional” (GOOCH, 1938, p. 367).

Desta forma, ao apoiar a defesa da autonomia dos povos balcânicos partindo da categoria guarda-chuva “fé cristã”, Ranke deslegitimava as pretensões russas de anexação da região baseadas no argumento da unidade da ortodoxia cristã. Frente a isso, ao mostrar como esses povos tinham suas próprias tradições, folclore, cultura e heróis, Ranke defendeu que sua autonomia deveria ser encorajada pelos Grandes Poderes, notadamente pela Prússia.

Percebe-se também que Ranke vê na formação da nação moderna – inclusive nos Bálcãs – uma oportunidade histórica importante de reconhecimento e participação de populações que antes não encontravam seu espaço mediante os grandes impérios militares que definiam a geopolítica mundial até o século XIX. Colabora para essa interpretação de uma tendência geral de diversificação nacional o observável crescimento do sistema diplomático ocidental durante o século XIX e início do XX, o que acarretou em um “desenvolvimento na rede diplomática de outros países”

(BLACK, 2010, p. 157), trazendo mais interlocutores ao Concerto, algo visto positivamente por Ranke¹⁷.

Ranke como contrapartida de Metternich

O primeiro momento do estabelecimento do sistema de Estados Europeus se coloca sobre a direção de três figuras proeminentes: O czar russo, o secretário inglês de assuntos estrangeiros Lord Castlereagh e o ministro austríaco de assuntos estrangeiros Klemens von Metternich. Entre eles, Metternich era o que mais representava a visão conservadora, o que significava defender o princípio sacrossanto da monarquia perante o qual qualquer demanda de tendência liberal era recebida com recusa contumaz. Se a Santa Aliança entre os Grandes Poderes pode ser igualmente chamada de aliança da reação, Metternich representa este conservadorismo triunfante que é encapsulado no Congresso de Viena.

Ranke, no entanto, é um conservador diferente de Metternich, pois não apresenta tendência reacionária e abraça mais as mudanças históricas de escala global introduzidas pela mentalidade revolucionária. A posição de Ranke corresponde àquela dos conservadores históricos, ou seja, os que aceitam a nova ordem como o trabalho inevitável do destino. Neste grupo, ao qual Ranke pertence, estão Edmund Burke e o filósofo contrarrevolucionário francês Joseph de Maistre. Estes conservadores acreditaram seria inadequado opor-se ao triunfo da Revolução Francesa, uma vez que ela só foi possível por permissão da Providência. Esta visão mais resignada combina bem com o historicismo e em Ranke a visão de movimento histórico orgânico fica evidente quando ele faz uma consideração sobre Bósnia e sua formação cultural (que para ele é indissociável de nação):

Como mostrar novamente em sua peculiaridade original, como eles [os bósnios] desenvolvem instintos rudes, mas juvenis, novos, se abrem ou se fecham à cultura, apoiam as medidas do mais alto poder ou se opõem, todos em movimento voluntário, a partir de impulsos internos da vida, em uma luta que instantaneamente desmorona e imediatamente decide quem não deve presenciá-la! Quantas formações de um estado emergindo como se de novo, mas a partir dos elementos dados, uma poesia ingênua e um costume que brota

¹⁷ Os aumentos no cenário das nações contaram, além das independências na América Latina, dos caos balcânicos das independências da Grécia (1830), Romênia (1878), Sérvia (1878), Bulgária (1908) e Albânia (1913), também na própria Europa ocidental com a criação dos estados da Bélgica (1830) e Noruega (1905).

diretamente do solo, misturando-se com a penetração mútua das religiões, onde as línguas estão aqui para observação! (RANKE, 1879, p. 285).

O distanciamento de Ranke do conservadorismo mais pessimista, rígido e saudosista é expresso igualmente em sua interpretação do processo revolucionário, onde Ranke distanciava-se da política de Metternich, cujos cálculos diplomáticos parecem ter subestimado o impacto das novas possibilidades estabelecidas pela Revolução Francesa. Holbraad afirma que Ranke destoava das políticas de Metternich e procurou um meio-termo entre revolução e reação, o que garantiu a ele um lugar especial no debate da época (HOLBRAAD, 2003, p. 21). Desta forma, Ranke percebeu que as oportunidades que a onda revolucionária havia trazido à realização do velho sonho do Concerto da Europa, apesar de não simpatizar com o impulso revolucionário.

Como explica Hayden White, a visão positiva é algo estrutural na visão histórica de Ranke e transparece inclusive em seu estilo narrativo categorizado como correspondente à estrutura da comédia, “uma forma de trama que tem como seu tema central a noção de reconciliação” (WHITE, 1973, p. 28). Esse aspecto da narrativa rankeana se une à crença de que há uma Providência que garante o final pacífico dos processos históricos e que se revela para o historiador, nas palavras do próprio Ranke, como um *heilige Hieroglyphe* [hieroglifo sagrado] (RANKE, 1849, p. 18). Nos termos designador por White, essa perspectiva está em consonância com a abordagem organicista que caracterizaria a historiografia rankeana e seria responsável por uma visão integrativa.

Como resultado de sua visão particular desses processos históricos internacionais, Ranke percebeu algo que era, de fato, o ponto fraco do Concerto da Europa: a atitude que buscava deter a mudança. Como historiador, ao observar civilizações e nações surgindo, amadurecendo e desaparecendo, Ranke entendeu que esse movimento implica, nas palavras de Albrecht-Carrié, que “o mundo se move e novas forças surgem, a supressão dessas pode apenas estocar o material para explosões subsequentes e mais perigosas”. E essa constatação então leva ao encorajamento da política contrária àquela de Metternich, “que considera como a principal função do conjunto dos Poderes tornar uma transição suave possível ao invés de impedir a mudança” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 10).

Assim, a contrapelo da visão predominante no momento, Ranke “apresenta essa “marcha dos eventos” como um processo histórico, levando à constelação política dos Estados modernos da Europa, os quais Ranke pensou ser predominantes em seu tempo” (RÜSEN, 1990, p. 198). Isso é igualmente válido para o Império Otomano, pois para Ranke o processo de independência nacional como um todo, incluindo os Bálcãs, era o resultado positivo e inescapável da Revolução Francesa. Este grande movimento de mudança não se concentrava apenas na Europa ocidental, mas também se mostrava princípio ativo e crescente nos países sob domínio otomano e que ganharia terreno inclusive dentro do próprio sultanato. Esta postura foi de encontro ao consenso posto pelo Concerto da Europa que “expressava repetidamente sua devoção à preservação da integridade do Império Otomano”, mas cujo política “não era fácil de implementar pois, especialmente nos Bálcãs, os nacionalismos locais eram impossíveis de ignorar” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 12).

Entre as visões de Ranke, pode ser incluída a ideia de um destino manifesto da Europa. E, neste ponto, é possível ver a justificativa da existência de nações como Grécia e Sérvia, pois como analisa Boldt, Ranke “reconheceu o direito das populações menores e suprimidas de obter sua independência”, sendo que nisso estava a tentativa de Ranke “retratar um contraexemplo oposto ao sistema da Restauração criado por Metternich, no qual Ranke descreve as possibilidades do que poderia acontecer se esse novo sistema falhasse devido às revoluções” (BOLDT, 2015, s.p.).

Ranke manteve como guia de sua historiografia uma postura positiva com crença inabalável no equilíbrio em todos os seus aspectos, acreditando que até mesmos os conflitos integram opostos e unem “os mundos românico e germânico, Islã e Cristianismo, papado e poder imperial, protestantes e católicos, tendências revolucionárias e conservadoras” (SCHULIN, 1988, p. 14). Esses elementos opostos tendem organicamente ao equilíbrio por um jogo de resistências. Mas essa homeostase política não é fruto de um mecanicismo, mas depende do “gênio” do sistema europeu.

No grande perigo, pode-se sempre confiar no elevado Gênio que sempre protege a Europa da dominação unilateral e tendência de dominação forçosa. Cada pressão de um lado é resistida por uma do outro lado, e sua conexão com um todo, que cresce de século em século, tem preservado a liberdade e desenvolvimento particular de todos. (RANKE, 1833, p. 12).

Sob proteção de uma ordem cósmica, para a qual são agradáveis os princípios da constância e estabilidade, o que restaria a temer? Nem mesmo os otomanos, historicamente ligados a imagens de terror no Ocidente, poderiam abalar tamanha fé de que, como diria Leibniz, este é *die beste aller möglichen Welten* [o melhor de todos os mundos possíveis].

Conclusão

Por fim, vê-se que Ranke não atuou na Questão Oriental apenas como historiador, conselheiro ou teórico das relações internacionais. Sua contribuição, ao descrever contextos históricos e culturais locais de povos dos Bálcãs, povos esses que eram em grande parte desconhecidos pelo público da Europa ocidental, revela sua atuação como uma espécie de diplomata cultural que buscou divulgar e justificar historicamente a cultura e a independência desses países ao público tanto alemão como europeu em geral. Isso é aplicável ao se compreender a diplomacia cultural como o ato de fomentar a fruição da comunicação entre nações, entendendo-a como a possibilidade de “criar pontes nas diferenças e facilitar o entendimento mútuo”, o que inclui contar “Conta outra história sobre um país (ou província ou Estado ou grupo regional)” com o intuito de “desarmar impressões estereotipadas negativas ou simplistas que nascem de escolhas políticas e retratos hostis”, de preencher um vazio onde nenhum tipo de história existe e também de “explicar aspectos de uma cultura que poderiam ser, de outra forma, de difícil percepção para populações estrangeiras” (COOPER; HEINE; THAKUR, 2015, p. s.p.).

Com isso, Ranke aproximou realidades e introduziu povos que por muitas vezes apareciam no imaginário europeu simplisticamente como exóticos. No caso da Sérvia, conseguiu capturar a luta desta comunidade com sensibilidade, falando também da alma desses povos. Percebeu a importância da sua expressão cultural, principalmente a poética, incluindo-a em sua narrativa histórica. Caracterizou-a também como um elemento de resistência psicológica coletiva contra a exclusão, a dominação e a incompreensão que apenas mais tarde viria a se tornar clara para o público europeu.

Ao invés de se render à inclusão dos povos balcânicos na cultura otomana, Ranke oferece a eles um outro pertencimento ao ressaltar sua cristandade: uma aproximação com os europeus. Ranke fez isso recorrendo a temas que unem a

humanidade: mostrando os grupos étnicos dos Bálcãs como irmãos de fé, como insurgentes contra a tirania e como tendo uma história presente muito parecida com a do povo alemão, que também passava por seu processo de construção nacional.

Não deixa de ser curioso como a carreira de Ranke chega ao fim ao mesmo tempo em que a positividade política em relação ao Concerto da Europa também entra em declínio. Isso indica que o sucesso do arranjo diplomático foi um esforço que fazia sentido para a geração que viveu a transição do século XVIII para o XIX e que viu os efeitos revolucionários sobre a Europa. De modo geral, no que diz respeito ao encontro da História com as Relações Internacionais, Ranke é uma influência considerável que aponta para uma “nova história da política internacional” caracterizada por mostrar e defender o papel vital do sistema internacional (MÜLLER, KLAUS-JÜRGEN, 1985, p. 145). É, portanto, na complexa e particular interação de ideias historicistas, conservadoras e diplomáticas que se encontram os principais temas no que se refere ao posicionamento e a contribuição de Ranke no que tange a Questão Oriental em suas implicações europeias, otomanas e balcânicas.

Artigo recebido em 01 de abril de 2021.

Aprovado para publicação em 29 de novembro de 2021.

Referências

ALBRECHT-CARRIÉ, René. **The Concert of Europe**. (Documentary History of Western Civilization). London: Palgrave Macmillan, 1968.

ALMOND, Ian. **History of Islam in German thought from Leibniz to Nietzsche**. (Routledge studies in cultural history, 11). New York: Routledge, 2010.

ARON, Raymond. **Peace & war: a theory of international relations**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2003.

BARKER, J. Ellis. **Modern Germany: its rise, growth, downfall and future**. New York: E.P. Dutton, 1919.

BENZONI, Gino. "Ranke's Favorite Source". In: IGGERS, GEORG G.; POWELL, JAMES M. (Org.). **Leopold von Ranke and the Shaping of the Historical Discipline**. New York: Syracuse University Press, p. 45-58, 1990.

BERG, Gunter. **Leopold von Ranke als akademischer Lehrer Studien zu seinen Vorlesungen und seinem Geschichtsdenken**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1968.

BERGER, Stefan. **The Past as History: National Identity and Historical Consciousness in Modern Europe**. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

BLACK, Jeremy. **A History of Diplomacy**. London: Reaktion Books, 2010.

BOLDT, Andreas. **Ranke and the idea of Europe**. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/289367807_Ranke_and_the_idea_of_Europe.

BULL, Hedley; WATSON, Adam (Org.). **The Expansion of International Society**. Oxford: Clarendon Press, 1984.

COOPER, Edited Andrew F; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh (Org.). **The Oxford Handbook of Modern Diplomacy**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

CRAWLEY, C. W. **War and Peace in Age of Upheaval 1793-1830**. The New Cambridge Modern History. v. 9, Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

DALY, John C. K. **Russian Seapower and 'The Eastern Question', 1827-41**. London: Palgrave Macmillan UK, 1991.

DAWSON, Christopher. **The making of Europe: an introduction to the history of European unity**. London: Forgotten Books, 2017.

DIETHER, Otto. **Leopold von Ranke als Politiker historisch-psychologische Studie über das Verhältnis des reinen Historikers zur praktischen Politik**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1911.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert L. **Contending Theories of International Relations: A Comprehensive Survey**. New York: Pearson, 1990.

GENTZ, Friedrich Von. **Fragments Upon the Balance of Power in Europe**. London: M. Peltier, 1806.

GOOCH, G. P. **Before the War**. Studies in Diplomacy. v. 1: The Grouping of the Powers. New York: Russel & Russel, 1938.

HALECKI, Oscar. **Borderlands of Western Civilization: A History of East Central Europe**. Florida: Simon Publications, 1980.

HOLBRAAD, Carsten. **Internationalism and Nationalism in European Political Thought**. New York: Palgrave Macmillan US, 2003.

KAPLAN, Morton A. **System and Process in International Politics**. [S.l.]: Wiley, 1957.

KECHRITIS, Vangelis. "Requiem for the Empire: 'Elective Affinities' Between the Balkan States and the Ottoman Empire in the Long 19th Century". In: RUTAR, SABINE

(Org.). **Beyond the Balkans: Towards an Inclusive History of Southeastern Europe.** Studies on South East Europe. Zürich: Berlin: LIT Verlag, p. 97-120, 2007.

KRIEGER, Leonard. Ranke. **The Meaning of History.** Chicago: University of Chicago Press, 1977.

MARCHAND, Suzanne L. **German Orientalism in the Age of Empire Religion, Race, and Scholarship.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MARRIOTT, J. A. R. **The Eastern question.** An historical study in European diplomacy. Oxford: Clarendon Press, 1917.

MÜLLER, Klaus-Jürgen. "La situation dans la République fédérale d'Allemagne". **Relations Internationales**, v. 0, n. 42, p. 145-148, 1985.

NEUMANN, Iver B. "Russia as a great power, 1815–2007". **Journal of International Relations and Development**, v. 11, n. 2, p. 128-151, 2008.

Papers Relative to the Affaires of Greece: Protocols of conferences held at Constantinople. London: J. Harrison and Son, 1830.

PAULSEN, Friedrich. **Die Deutschen Universitäten und das Universitätsstudium.** [S.l.]: Nabu Press, 2010.

RANKE, Leopold Von. **Das Briefwerk.** Hamburg: Hoffmann und Campe Verlag, 1849.

RANKE, Leopold Von. "Die letzten Unruhen in Bosnien. 1820—1832". **Historisch-politische Zeitschrift.** Berlin: Duncker und Humblot, v. 2 (2tes Heft), p. 233-304, 1834.

RANKE, Leopold Von. **Die serbische Revolution Hamburg:** Friedrich Perthes, 1829.

RANKE, Leopold Von. **Die serbische Revolution.** Aus serbischen Papieren und Mittlheilungen. Berlin: Duncker & Humblot, 1844.

RANKE, Leopold Von. **Fürsten und Völker von Süd-Europa im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert.** Hamburg: Friedrich Perthes, 1827.

RANKE, Leopold Von. **Fürsten und Völker von Süd-Europa im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert.** Berlin: Duncker und Humblot, 1857.

RANKE, Leopold Von. **Historisch-politische Zeitschrift.** Hamburg: Friedrich Perthes, 1832.

RANKE, Leopold Von. **Historisch-politische Zeitschrift.** Berlin: Duncker und Humblot, v. 2 (1ste Heft), 1833.

RANKE, Leopold Von. **Serbien und die Türkei im 19. Jahrhundert.** Leipzig: Duncker & Humblot, 1879.

RANKE, Leopold Von. "Über die Epochen der neueren Geschichte". In: HOFMANN, HANS (Org.). **Ausgewählte Aufsätze und Meisterschriften.** Stuttgart: Alfred Kröner Verlag, 1942.

RANKE, Leopold Von. "Zur orientalischen Frage: Gutachten im Juli 1854 Sr. Majestät König Friedrich Wilhelm IV vorgetragen Gutachten im Juli 1854 Sr. Majestät König Friedrich Wilhelm IV vorgetragen". **Historische Zeitschrift**, v. 13, p. 406-433, 1865.

RINGER, Fritz K. **The decline of the German mandarins: the German academic community, 1890-1933**. Hanover: University Press of New England, 1990.

RÜSEN, Jörn. "Rhetoric and Aesthetics of History: Leopold von Ranke". **History and Theory**, v. 29, n. 2, p. 190-204, 1990.

SCHULIN, Ernst. **Die weltgeschichtliche Erfassung des Orients bei Hegel und Ranke**. Göttingen: [s.n.], 1958.

SCHULIN, Ernst. "Ranke's universal history and national history." **Syracuse Scholar** (1979-1991), v. 9, n. 1, p. 1-8, 1988.

SHEEHAN, Michael. **The balance of power: history and theory**. London; New York: Taylor & Francis e-Library, 2005.

WHITE, Hayden. **Metahistory**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.